

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

SERÁ QUE É SÓ UMA QUESTÃO DE TERRAS MESMO? CONFLITOS FUNDIÁRIOS E USO DE MÃO DE OBRA INDÍGENAS NA VIRADA DO SÉCULO XIX PARA O XX NA FRONTEIRA OESTE BRASILEIRA (NOTA PRELIMINAR DE PESQUISA)

Dandriel Henrique da Silva Borges
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
dandrielborges@gmail.com

Apresentação do autor e da pesquisa

Me chamo Dandriel Henrique e sou, desde março desse ano, 2021, mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História Política da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), sob orientação da professora Dr^a Marina Monteiro Machado. A origem dessa pesquisa deriva de conversas e desconfortos mútuos compartilhados com a minha orientadora, assim como fontes com as quais já tinha esbarrado desde a época da monografia, sendo que naquele momento não me seriam úteis, mas mesmo assim as salvei para possibilidades futuras, tal qual essa que aqui toma forma. Outras fontes, assim como bibliografia, foram agregadas ao *corpus documental* utilizado.

O artigo de Anais aqui desenvolvido é uma Nota Preliminar de Pesquisa derivada da apresentação oral realizada em sessão do Simpósio Temático “O rural e a tecnologia: pesquisas e debates em história agrária no Brasil” no 31º Simpósio Nacional de História, com algumas pontuais correções derivadas dos comentários recebidos nos debates que ocorreram após as comunicações. Uma versão mais revisada, ampliada e amadurecida dessa pesquisa em andamento, possivelmente, será publicada futuramente.

Considerações iniciais

A motivação inicial dessa pesquisa, disposta desde a primeira frase do título desse trabalho, deriva de uma passagem escrita pela famosa antropóloga Manuela Carneiro da Cunha em seu clássico texto sobre questões legais e povos indígenas nos oitocentos, publicado no ainda mais clássico livro *História dos Índios do Brasil* de 1992. A pesquisadora afirma que “para caracterizar o século [XIX] como um todo, pode-se dizer

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

que a questão indígena deixou de ser essencialmente uma questão de mão-de-obra para se tornar uma questão de terras (1992, p.133)”. Segundo essa linha de pensamento, se durante boa parte do Brasil Colônia a escravização de diversos povos indígenas para usufruto de sua mão-de-obra havia sido uma realidade recorrente, o século XIX romperia com isso. O interesse por essa mão-de-obra perderia espaço por um crescente interesse nas terras onde esses indígenas viviam.

Que fique claro que não é aqui pretensão reduzir todo o trabalho de Cunha a citação de uma única passagem de todo um capítulo, parte da pesquisa de toda uma vida. A escolha e abordagem crítica a essa passagem se dá muito mais pelas apropriações descontextualizadas que ainda hoje são tão recorrentemente perpetuadas por muitos historiadores. Muitas vezes se ignora que a antropóloga escreveu esse trabalho num contexto de diálogo com uma geração que estava produzindo a mais de quatro décadas atrás. Manuela Carneiro da Cunha teve um importante trabalho, não só acadêmico, mas também político nas lutas pelos direitos dos povos originários e a pesquisa aqui desenvolvida não almeja desvalidar seus escritos, mas sim lembrar aos historiadores do presente da importância de abordagens conscientes. Afinal, a historiografia que dialoga com temáticas indígenas já muito se ampliou, com ajuda da antropóloga, desde a publicação de *História dos Índios do Brasil*.

Lembremos que a História é um campo vivo. Nas décadas seguintes ao texto da Cunha diferentes trabalhos propuseram outros olhares em relação a essa afirmada dicotomia entre mão-de-obra e terras indígenas no século XIX. Aqui serão trazidas como exemplo as teses de duas pesquisadoras. Começando pelo mais recente, no livro *Entre fronteiras* de Marina Machado, onde a autora trabalha sertões cariocas da região de Valença no século XIX. Embora não haja um diálogo direto com Manuela Carneiro da Cunha, em diferentes momentos ela aponta que os avanços dos latifundiários aconteciam simultaneamente a apropriação da mão-de-obra de indígenas viventes nas regiões ocupadas. Outra pesquisadora, cuja a tese, dois anos anterior a de Machado, contribuiu para essa discussão foi Marcia Malheiros, que também estudou sertões cariocas nos oitocentos, mas com um recorte geográfico diferente. Outra particularidade é que ela dialoga diretamente com a Manuela Carneiro da Cunha defendendo que seu argumento, já citado, deveria ser ampliado.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Essa pesquisa pretende contribuir para esses “novos” olhares sobre a dicotomia mão-de-obra e terras indígenas nos oitocentos. Enquanto estudo de caso aqui são focadas relações entre um grande latifundiário chamado Antonio Joaquim Malheiros e indígenas Kadiwéus (esses descendentes dos Mbayá-guaicurus ou só Guaicurus), dentre os últimos anos do século XIX e os primeiros do XX na região do então sul do Mato Grosso, atual Mato Grosso do Sul. As fontes que uso são derivadas de jornais, documentações transcritas e até uma espécie de etnografia.

Quem foi Antonio Joaquim Malheiros?

Um homem de posses, grande latifundiário do antigo sul do Mato Grosso, que desde, pelo menos, a década de 1870 já participava da vida política da província, tendo ocupado cargos de: Juiz de Direito de Corumbá, que era um dos principais centros da província, vereador desse mesmo município, além de Diretor dos Índios Kadiwéus.

Em 1887 esse fazendeiro, Malheiros, chegou a ser considerado, pelo Vice-governador do Mato Grosso um dos maiores criadores de gado de toda a região, o que ajuda a gente a compreender o poderio econômico, logo, também político, dessa figura. Inclusive, dentre os vereadores de sua geração, foi o único a ascender ao cargo de Coronel da Guarda Nacional.

Conflitos de terras entre Malheiros e os Kadiwéus

Uma primeira fonte interessante data de 1888, nela Benedicto Mariano Campos um militar em ascensão com posto de comando de forças da fronteira, enviara uma reclamação ao Presidente da província de Mato Grosso. Segundo ele o então Diretor dos Índios Kadiwéus, Malheiros, estaria transformando em fazendas terras ocupadas há gerações por esses indígenas. Campos enfatiza seu reconhecimento do papel desse povo na Guerra do Paraguai, além da participação deles no comércio local, embora, como era de se esperar de um homem em sua época, concordava com a “civilização” desses indígenas, defendendo, porém, que fosse efetuada de modo mais “brando”, como a

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

catequese. Esse primeiro documento já nos situa numa realidade onde, em sua busca por poder, Malheiros fez diferentes inimizades, Campos foi apenas uma delas.

O reconhecimento que o militar faz da ancestralidade dos Kadiwéus naquela terra corrobora com afirmações que Darcy Ribeiro fez sobre aquele espaço em seu famoso livro *Os índios e a civilização*, muito provavelmente baseado na oralidade dos indivíduos com os quais conviveu em suas visitas de campo no final da década de 1940. O antropólogo afirma que Malheiros se estabeleceu entre os indígenas, obteve consentimento para montar um alambique e fabricar aguardente, depois uma fazenda, mantendo boas relações com os Kadiwéus. Só que com o tempo teriam estourado conflitos tendo gerado inclusive uma espécie de cisão no povo originário.

Dez anos depois de Campos, em um jornal de novembro de 1898 é noticiada uma suposta depredação que indígenas estariam realizando em fazendas do “Coronel Malheiros”. Menos de quinze dias após essa reclamação, o latifundiário conseguiu o que queria: o apoio de forças militares de fronteira para usar em seu auxílio para atacar os Kadiwéus. Há de ser pontuado, porém, que não é possível, no momento em que essa pesquisa se encontra, afirmar se essa foi a primeira vez que isso aconteceu. Aliás, faria muito sentido não ser. Seja como for, com certeza que não foi a última. Inclusive, na virada do século o governo estadual, presidido por Antônio Pedro Alves de Barros, resolveu intervir nos crescentes conflitos envolvendo Malheiros e os Kadiwéus, enviando então uma comissão para estabelecer os limites das terras daqueles indígenas. Se Barros tinha algum afeto pessoal em relação a situação dos Kadiwéus não é possível afirmar, mas que tinha uma inimizade com Malheiros é bem claro. De fato, ele era mais um dos inimigos políticos do latifundiário. Assim sendo, apoiar as demandas dos indígenas, era o mesmo que prejudicar seu desafeto.

Malheiros baseava suas investidas contra os indígenas em acusações de que esses depredariam suas propriedades e roubariam seu gado. Os Kadiwéus, por sua vez, segundo relatos de um francês que com eles esteve na época da demarcação, consideravam essas acusações infundadas. Diziam que outros fazendeiros roubavam o gado e eles levariam a culpa. Seja como for, eles foram atacados com auxílio de forças militares algumas vezes

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

antes da demarcação, sendo que, em ao menos dois desses ataques, houve o uso até mesmo de artilharia, ou seja, de canhões.

As disputas entre Malheiros e Barros, o tal presidente da província, seguiram com provocações, mais ou menos diretas, em jornais da época. Seja como for, mesmo após a expedição de demarcação, as acusações contra os Kadiwéus e os ataques contra eles seguiram. Em 1903, Malheiros contrata outro Coronel da região, Bento Xavier da Silva, para administrar uma de suas maiores fazendas. Segundo o antropólogo José Flores afirmou em artigo recente, a chegada dessa figura teria feito se tornarem ainda mais frequentes os confrontos com os indígenas. Sendo que é também em 1903 que é publicado o decreto que oficializa os limites daquela terra indígena. Seja como for, em 1908 Malheiros morre, na década seguinte chega o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) naquela região, que mesmo depois tendo sido retirado, nenhum outro tão perigoso inimigo dos Kadiwéus apareceria. Ao menos, no recorte temporal proposto nessa análise.

A questão da mão-de-obra indígena

O interesse por mão-de-obra de Kadiwéus não era exclusividade de Malheiros, mas também de diferentes fazendeiros da região, muitos dos quais políticos ou aliados de figuras políticas. Não à toa já em 1881 houve na Câmara Municipal de Corumbá a aprovação do projeto de galpão, perto do porto local, especificamente para Kadiwéus, tidos como uma mão-de-obra barata.

Que fique claro que em nenhum momento dessa pesquisa buscou-se (ou busca-se) construir uma imagem dos Kadiwéus enquanto seres passivos. Assim sendo, não está sendo anulado ou ignorada a possibilidade do interesse desses indígenas em empreendimentos como o citado galpão ou em trabalhar para não-indígenas. Mas deve-se lembrar que as próprias possibilidades de escolha e de meio dos Kadiwéus viverem vinha mudando nos últimos séculos, principalmente nos oitocentos. E não apenas em demandas inseridas pelas trocas culturais, como o consumo de álcool. Há dois fatores principais: 1º) A perda de gado em decorrência de uma peste do pós-Guerra do Paraguai, gado esse que era a principal forma de subsistência daquele povo; 2º) Uma epidemia de

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

varíola que atingiria aquele povo na segunda metade da década de 1880, pouco antes da primeira fonte de conflitos entre Malheiros e os Kadiwéus que aqui foi trazida. O primeiro etnógrafo desses indígenas chega a defender que, no início da década de 1890, restariam apenas cerca de duzentos indivíduos. Enfim, as possibilidades de “escolha” estavam bastante limitadas nesse contexto. Não é surpresa então os casos de abuso.

Em 1885 um tal Thomas Roiz escreve uma denúncia ao então Presidente da província, Floriano Peixoto (futuro Presidente do Brasil). Segundo ele, em fazendas de Malheiros já haveriam naquela época indígenas trabalhando por nada mais que a comida que necessitavam para sobreviver, ou seja, para continuarem trabalhando. Haveria também “maus tratos, prisões e até castigos corporais infringidos por ordem” de Malheiros. Um Diretor dos Índios abusando de seu cargo não é nada surpreendente. O que aqui mais interessa é isso acontecer mesmo com esses indígenas tido como “indomáveis” e “bravos”. Defendo que isso contribui para romper com algumas romantizações sobre esses indígenas, não só presentes nas fontes, mas também, em alguma medida, perpetuadas pela própria historiografia.

Considerações preliminares

Ficam explícitos os bastante frequentes conflitos de poder entre diferentes Coronéis da Primeira República, que na prática já faziam parte dos grupos dominantes do Império, mas que com o nascimento da República encontram possibilidades de aumento de suas influências na regionalidade em que viviam. E algo que muito marca essas disputas é a multiplicidade.

Pensemos em Malheiros: ele não disputou com os Kadiwéus OU outros Coronéis. Na prática, nem ORA um, ORA outro. Em maior ou menor medida, essas disputas aconteciam SIMULTANEAMENTE e em constante diálogos entre si. Não à toa vimos mais de um exemplo de alianças, ainda que, por vezes, tácitas, entre Kadiwéus e inimigos de Malheiros. Afinal, ajudar os indígenas, prejudicava os interesses desse grande latifundiário.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Ainda na mesma lógica, as disputas de interesses não eram apenas pela posse das terras indígenas OU da utilização se sua mão-de-obra. Nem de ORA um, ORA outro. O que vimos aqui é que o interesse era em um E no outro também. Em outras palavras: o interesse na posse das terras e na posse dos corpos originários eram fatores INDISSOCIÁVEIS.

Considera-se importante também pontuar que embora destoe um pouco, não está sendo proposto nem pretendido “romper” com a historiografia estabelecida sobre os Kadiwéus (e os Guaicurus em si). Aqui se compreende que a interpretação dos mesmos enquanto indígenas “bravos” era, sem dúvidas, condizente com a realidade. E isso os fez, muitas vezes, alvos menos interessantes do trabalho em fazendas, principalmente de algo mais braçal, como as lavouras. Ainda assim, a grande questão é pontuar que, mesmo possivelmente sendo mais raro, entre esse povo antagônico a ideia de “mansos”, não só houve utilização de sua mão-de-obra de modo abusivo como, também existiram casos que se não puderem ser classificados como escravização de indígenas, estariam de qualquer modo quase idênticos a essa situação, mesmo que já em fins do século XIX.

Essa pesquisa segue na mesma linha que as contribuições de Marcia Malheiros e da Marina Machado, abordadas no início desse texto. Ainda assim, há muito ainda a ser explorado no que tange as relações entre terra e trabalho, envolvendo indígenas e não-indígenas, nos oitocentos. Seja como for, corrobora-se como as citadas pesquisadoras em colocar em dúvida a abrangência da clássica afirmação de Manuela Carneiro da Cunha, ao menos nos contextos espaciais e temporais aqui analisados. Na verdade, tendo em vista a realidade da atualidade e os conflitos fundiários entre indígenas e não-indígenas seguirem muito presentes no Mato Grosso do Sul, há de se pensar que essa seja uma questão de longa duração.

Fontes

A Reacção: orgão do partido republicado de Matto-Grosso, Assunção, n. 8, 10 set. 1902.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

A Reacção: orgão do partido republicado de Matto-Grosso, Assunção, n. 14, 10 nov. 1902.

A Reacção: orgão do partido republicado de Matto-Grosso, Assunção, n. 33, 30 mai. 1903.

BOGGIANI, Guido. **Os Caduveo**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia/EdUSP, 1975.

BRANDÃO, Antonio Luiz. Directoria Geral dos Indios de Cuiabá 9 de Novembro de 1871. In: CORRÊA, Lúcia. **A fronteira indígena no Sul do Mato Grosso – século XIX: fontes comentadas**. Tellus, ano 2, n. 2, p. 155-169, 2002.

CAMPOS, Benedicto Mariano de. Commando da Fronteira do Baixo Paraguay, em Corumbá 17 de Outubro de 1888. In: CORRÊA, Lúcia. **A fronteira indígena no Sul do Mato Grosso – século XIX: fontes comentadas**. Tellus, ano 2, n. 2, p. 155-169, 2002.

Instituto Socio Ambiental. Kadiwéu querem definição do STF sobre invasão de suas terras, 22 out. 2003. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/index.php/acervo/noticias/kadiweu-querem-definicao-do-stf-sobre-invasao-de-suas-terras>. Acesso em 19/07/2021.

O Republicano: órgão do partido republicano, Mato Grosso, n. 318, 27 nov. 1898.

O Republicano: órgão do partido republicano, Mato Grosso, n. 321, 8 dez. 1898.

RIVASSEAU, Emilio. **A Vida dos indios guaycurús:** quinze dias nas suas aldeias (sul de Matto-Grosso). São Paulo: Companhia Ed Nacional, 1936.

ROIZ, Thomaz Antônio de Mendonça. Directoria Geral do Índios em Cuyabá, 14 de Julho de 1885. In: CORRÊA, Lúcia. **A fronteira indígena no Sul do Mato Grosso – século XIX: fontes comentadas**. Tellus, ano 2, n. 2, p. 155-169, 2002.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

SILVA, José Bonifácio de Andrada e. Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil, In: CALDEIRA, Jorge (Org.). **José Bonifácio de Andrada e Silva**. São Paulo: Ed. 34, 2002, p.183-199.

Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2002.

CORRÊA, Lúcia. **A fronteira indígena no Sul do Mato Grosso – século XIX: fontes comentadas**. Tellus, ano 2, n. 2, p. 155-169, 2002. Disponível em: <http://www.gpec.ucdb.br/projetos/tellus/index.php/tellus/article/view/17/27>. Acesso em 19/07/2021.

CUNHA, Manuela. Política indigenista no século XIX. In:_____. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992, p. 133-154.

ESSELIN, Paulo; OLIVEIRA, Tito. Índio, gado e blindagens na construção da fronteira no sul de Mato Grosso. **Boletim Gaúcho de Geografia**, n. 32, p. 37-56, 2007. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/bgg/article/viewFile/37447/24193>. Acesso em 19/07/2021.

FLORES, José Manuel. Transformação agrária e desapropriação de terras indígenas em Mato Grosso (1940-1960): O caso da reserva Kadiwéu. **Anuário Antropológico**, v. 43, n. 1, p. 285-314, 2018. Disponível em: <https://journals.openedition.org/aa/3011#bodyftn6>. Acesso em 19/07/2021.

MACHADO, Marina. **Entre fronteiras: posses e terras indígenas nos sertões (Rio de Janeiro, 1790-1824)**. Guarapuava: Unicentro, 2012.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

MALHEIROS, Marcia. **“Homens da Fronteira”**: Índios e Capuchinhos na ocupação dos Sertões do Leste, do Paraíba ou Goytacazes. Séculos XVIII e XIX. 2018. 401 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2008. Disponível em: https://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2008_MALHEIROS_Marcia-S.pdf. Acesso em 19/07/2021.

MOREIRA, Vania. O ofício do historiador e os índios: sobre uma querela no Império. **Revista Brasileira de História**, v. 30, n. 59, p. 53-72, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/wfkXp5kT5S46RBCcXDXBt7p/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 19/07/2021.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização**. 5ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

SENA, Divino. **Entre articulações e conveniências na Câmara Municipal de Corumbá**: Relações de poder, laços sociais e atuação política no final do Império. 2017. 332 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Faculdade de Ciências Humanas, 2017. Disponível em: <https://www.ppghufgd.com/wp-content/uploads/2019/03/Tese.-Divino-Marcos-de-Sena.-2017.pdf>. Acesso em 19/07/2021.

SENA, Divino; NOGUEIRA, Luiz. **Matadouro, açougueiros e municipalidade: disciplina no comércio de “carne verde” em Corumbá (1870-1888)**. *Tempos Históricos*, v. 19, p. 332-357, jan./jun. 2015. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/tempohistoricos/article/view/11191/8835>. Acesso em 19/07/2021.